

# A VIOLÊNCIA NO CASAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GRUPO SOCIOTERAPÊUTICO COM HOMENS ENCAMINHADOS PELA JUSTIÇA

Fernanda Fontoura<sup>1</sup>  
Maria Eveline Cascardo Ramos<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Diante das estatísticas de violência intrafamiliar contra as mulheres, e como resultado de intensas lutas feministas, a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006 (BRASIL, 2008), criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo no art. 30 sobre a intervenção multidisciplinar voltada para o agressor.

A preocupação com os homens tem pouca visibilidade e influência nas produções acadêmicas e nas intervenções. As reflexões sobre o envolvimento dos homens têm sido de natureza instrumental que recorre a estes apenas com o objetivo de melhorar a saúde e os direitos das mulheres (ARILHA, 1998). Há, ainda, uma falta significativa de pesquisas científicas e relatos de intervenções psicológicas que englobem o homem, autor do fato, como sujeito da pesquisa, o que termina por conceder apenas à mulher vítima o lugar de falar, por ela e pelo outro, acerca das agressões que ocorrem na relação do casal (DEEKE, 2007).

Entendendo a complexidade da violência que se produz na relação do casal, esse trabalho se desenvolveu em uma pesquisa qualitativa com o objetivo geral de compreender a violência conjugal pelo olhar masculino, a partir da intervenção sócio terapêutica com grupo de homens encaminhados pela justiça como autores do fato em violência doméstica.

### A Violência no Casal

A violência no casal está repleta de interesses comuns e opostos, relacionados com a dinâmica conjugal, estilos conjugais admitidos pelos cônjuges, fronteiras fixadas na relação do casal, trabalho e profissão, comunicação entre os cônjuges e expectativas sobre seus cônjuges e a relação conjugal.

Hirigoyen (2006a) define a violência no casal a partir dos modos de interação que incluem a brutalidade produzida na conjugalidade; violência que ocorre nas mais diversas configurações de casais e implica em relação de poder imposta pela força. Essa violência pode assumir uma simetria bilateral, sendo homens e mulheres tanto agredidos como agressores, mas exibindo formas, frequência, objetivo e efeitos diversos.

Na compreensão da violência no casal e no atendimento a essa população é importante atentar para os aspectos relacionados ao gênero sem gerar um heterocentrismo da violência conjugal. O gênero, segundo Scott (1995), é uma representação repleta de construções culturais que manifestam a criação social das ideias acerca dos papéis adequados para homens e mulheres. Essas concepções criam uma desigualdade em oposição e uma construção social binarista e cartesiana que leva a dois principais aspectos relacionados com a violência, o da naturalização da violência dos homens e o da invisibilidade da violência das mulheres, culminando na anulação dos vários aspectos que fornecem o entendimento acerca da dinâmica do casal.

---

<sup>1</sup> Psicóloga pesquisadora da Universidade Católica de Brasília. – fernendafontoura.r@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga Msc. Docente da Universidade Católica de Brasília – UCB e do Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB. Coordenadora do Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial – INTERPSI. Atuante na área de violência junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. - evelinecascardo@yahoo.com.br

Assim, as masculinidades precisam ser entendidas do ponto de vista da construção que se dá na experiência subjetiva e social para favorecer o entendimento da dinâmica relacional da conjugalidade, ensejando diversas possibilidades de exercício de masculinidade, para além da lógica do patriarcado (NASCIMENTO, 2001 apud LIMA, BUCHELE; CLIMACO, 2008). Diante desse entendimento plural é que falamos de masculinidades, no intuito de abarcar maior dimensão da diversidade presente na subjetividade humana.

#### **A Intervenção socioterapêutica no contexto da justiça**

Realizamos intervenção socioterapêutica com método sociodramático que se caracteriza pela ação abordando situações de difícil enfrentamento nos contextos e históricos de relações fornecidos pelos participantes do grupo. A intervenção socioterapêutica, segundo explicitada em trabalhos anteriores (Ramos, 2008), se desenvolve em três etapas visando o estabelecimento de relações de confiança mútua, a escuta qualificada que atenta para o contexto e as possibilidades individuais e o empoderamento que libera as aptidões e talentos de cada um para construir soluções para os problemas em condições socialmente aceitáveis.

Nas intervenções focamos o desempenho de papéis familiares e sociais, buscando esclarecer a qualidade do exercício dos papéis e dos vínculos estabelecidos por esses sujeitos e as conseqüências desses fatores nos relacionamentos que desenvolvem. Nos sociodramas o aspecto terapêutico está na elaboração e análise de aspectos intrapsíquicos trabalhados no contexto do exercício de papéis de cada sujeito, marcando movimentos de mudanças e de resolução de problemas.

#### **TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

O grupo socioterapêutico foi composto por 10 homens encaminhados pela justiça como autores do fato em violência doméstica, através de um convênio da Central de Medidas Alternativas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – CEMA, com a UCB.

O grupo realizou-se no Centro de Formação em Psicologia Aplicada – CEFPA e teve periodicidade semanal em 14 encontros com duração de 90 minutos, no período de setembro de 2008 a março de 2009. Atuaram como terapeutas duas estagiárias e um estagiário de psicologia, que atuaram como voluntários nesse projeto, supervisionados pela Prof<sup>a</sup> MSc. Maria Eveline Cascardo Ramos, professora da Ênfase em Avaliação Planejamento e Intervenção Psicossocial do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

Todos os encontros eram planejados semanalmente, sob supervisão, seguindo as necessidades do grupo, estruturados para abordar a relação subjetiva, EU-COMIGO, a relação intersubjetiva e social, EU-COM-OS-OUTROS; e a relação EU-COM-A-LEI. No início dos atendimentos foram expostos os preceitos éticos do atendimento no CEFPA, que asseguram o sigilo e o anonimato, onde todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a gravação dos encontros para que pudessem ser utilizados como material de estudos e pesquisas. Os encontros foram gravados em sala de espelho e o material foi transcrito e analisado posteriormente.

Realizamos pesquisa-em-intervenção com o método sociodramático, que é uma metodologia de pesquisa social com clara interação entre pesquisador e participantes, como apontada em trabalhos anteriores (RAMOS, 2008) e revisada em 2009. A análise de conteúdo embasou-se em Bardin (2002), que é um processo sistemático de análise das comunicações e do conteúdo das mensagens emitidas pelos sujeitos nos encontros realizados.

### Os componentes do grupo:

Sujeito	Idade	Situação de conjugalidade	Escolaridade	Tempo de convivência conjugal	Filhos	Tipificação do delito
Antonio	34	Separado	Pós-graduado	14 anos	Eduardo, 13 anos e Dália, 11 anos	Agressão física
Mauro	51	Separado	Ensino fundamental	25 anos	Norberto, faleceu aos 6 anos; Disberto, 23 anos e Alberto, 21 anos	Agressão física
Ciro	44	Casado	Ensino fundamental	21 anos	Karla, 23 anos e Patrícia, 20 anos	Agressão física
Davi	26	Separado	Ensino médio	Sete anos	Aline, quatro anos	Vítima de agressão física
Felipe	24	Separado	Ensino fundamental	Quatro anos	Paulo, um ano	Agressão física
José	37	Separado	Ensino médio	Cinco anos	José Neto, oito anos	Agressão física
Lucas	40	Separado	Ensino fundamental	Nove anos	Junia 14 anos; Levi, 8 anos e Dirceu, 6 anos	Agressão física e ameaça
Leonardo	30	Separado	Ensino fundamental	Seis anos	Caio, 4 anos e Nívia, 2 anos	Agressão física
Otílio	46	Casado	Analfabeto	12 anos	Gilson, 11 anos; Sandra, 10 anos e João, um ano	Ameaça
Roberto	50	Separado	Ensino médio	24 anos	Márcio, 14 anos	Agressão física

Dos dez homens encaminhados pela CEMA, nove cumpriam Medida Alternativa, figurando no termo circunstanciado enquanto autores do fato em violência doméstica; e um como vítima de violência doméstica.

### ANÁLISE DO GRUPO

Ao analisar o grupo tratamos do atravessamento do encaminhamento da justiça no comportamento desses homens dentro do grupo; a agressividade e a violência presentes no discurso do grupo; e os resultados, nomeados pelos homens como a “cura” pelo autoconhecimento e a aprendizagem.

Nos primeiros encontros com o grupo, a sensação, proveniente deste atravessamento é de que estão submetidos a mais um espaço em que não poderão falar, onde terão que escutar e obedecer, pois não percebem, de início, o espaço terapêutico.

*“Eu tô aqui pra ouvir. Ouvir ela (dirigindo-se à psicóloga), ele aqui (dirigindo-se ao psicólogo), vocês, e eu falar também meus problema, se for o caso né de eu falar. Se não for, eu vou só ouvir...” (Ciro, 44 anos, casado)*

*“Gostei, gostei, não rapaz (dirigindo-se ao psicólogo), eu não sou contra nada aqui não, toda vida que cheguei aqui obedeci tudo em cima, nunca faltei, certo. Eu quero é paz e sossego, e a lei você sabe como é que é a lei, a pessoa tem que obedecer em cima.” (Otílio, 47 anos, casado)*

Nota-se que é preciso um trabalho adequado de acolhimento para fazê-los perceber as características e especificidades do *setting* terapêutico, colocando ainda as diferenças da intervenção jurídica para a intervenção psicológica, e dando-lhes voz para falarem sobre si mesmos e suas histórias.

Quanto ao encaminhamento da justiça, surgem duas dimensões relacionadas à liberdade: na primeira alguns se sentem livres por terem a oportunidade de uma medida

alternativa como essa, e por participarem do grupo sócio-terapêutico, ao invés da medida de privação de liberdade (prisão); e na segunda sentem a limitação de suas ações e a obrigatoriedade da frequência semanal como uma dimensão de perda da liberdade. Todavia, lhes é possível perceber esse encaminhamento como a oportunidade de terem acesso a um espaço de escuta que propicia a possibilidade de ressignificação da vivência pessoal e relacional.

*“... eu agradeço a Deus d’eu tá aqui, tendo essa liberdade, mandado pela Justiça, como a gente tem que obedecer, se não fosse a justiça eu não tava aqui, então a gente tem que respeitar e andar no caminho certo porque se não fica pior pra gente...” (Amauri, 51 anos, separado)*

*“... eu não gosto de viver preso e nem ficar assim, sem nenhuma opção, eu gosto de tá livre, e livre pra você poder manter e saber o meio de passar as suas energias... Não viver preso nem nada né, nem estar aqui onde eu estou... não é preso, mas tô tendo essa obrigação né.” (Lucas, 40 anos, casado)*

O modo de relação permeado por violência e agressividade se apresenta enquanto esses homens interagem no grupo. Por exemplo, num encontro foi orientado que cada homem escolhesse um animal com o qual se identificava e explicasse o porquê. Diante da ausência de respostas de um dos integrantes, a terapeuta insistiu até o momento em que ele se sentiu pressionado, “apertado” e teceu uma ameaça a ela.

Terapeuta: Mas eu queria que você explicasse por que você queria ser uma arara.

*Ciro: Olha só, (inclina o corpo para frente apoiando os cotovelos nas pernas, fala de modo incisivo) eu não gostaria de ser uma arara. Eu me identifico com ela porque eu sempre, desde criança eu gosto de passarinho, só. Não consigo identificar que eu queria ser...*

Terapeuta: Então, porque a nossa atividade é se você fosse um animal que animal seria...

*Ciro: (faz uma pausa, respira fundo e aumenta o tom de voz) No caso seria uma arara, seria um passarinho. Não seria no caso específico essa arara, seria um passarinho... No meu caso já tá explicado....*

Terapeuta: Mas você se identifica com alguma coisa dela?

*Ciro: Identifico com o modo dela de agir. A ave, ela é carinhosa, você cuida dela, ela te retorna o carinho. (Fala mais pausadamente e enfático) Ela só vai te picar se você apertar ela na mão, se não, ela não te pica. (Ciro, 44 anos, casado)*

Nessa situação temos uma terapeuta mulher que, pelo próprio contexto terapêutico, ocupa um lugar de poder. Diante disso, *Ciro* exercita sua agressividade como um modo de retomar a assimetria na qual ele ocuparia um lugar de poder enquanto ela estaria submetida, remetendo ao binarismo dos estereótipos de gênero. Entretanto, outros momentos como esse, que continham a violência psicológica, foram percebidos entre os homens, durante os encontros, seja pelo conteúdo do que falavam ou pelo tom como falavam. O que remete a um modo relacional que inclui a violência não só quando se dirige à mulher, mas, também, quando se dirigem aos próprios pares no grupo. Nesses momentos houve a devolução pontual de que aquilo era uma violência, o que possibilitou que eles reconhecessem melhor a violência psicológica, simbólica, verbal, e atentassem ao modo como a praticavam, passando a criar novas estratégias de comunicação e novos modos de relação.

No grupo eles só conseguem falar aberta e honestamente sobre a violência ocorrida no casal após um período de forte vinculação, com os terapeutas e com o grupo, de modo a sentirem-se acolhidos e legitimados em suas dores. Parece ser-lhes mais fácil falar livremente das suas agressões, seguindo um discurso naturalizante, do que falar da violência e agressão que sofreram. Talvez porque é socialmente mais aceitável o homem ser agressivo (NOLASCO, 2001; COOK, 1997 apud ALVIM, 2005) do que ser agredido e/ou porque,

estando no contexto do encaminhamento da justiça, eles façam consonância com o papel de agressores que lhes é atribuído, geralmente, pelos operadores do direito e pela Lei.

*“um homem da minha natureza não agüenta uma mulher mirar um sapato pra jogar na sua cara, então eu revido mesmo, porque um homem da minha natureza, nascido na minha terra (nordestino) não consegue ficar sem fazer nada” (Amauri, 51 anos, separado)*

Entretanto, esses grupos, assim como os que foram pesquisados por Ramos, Santos e Dourado (2009), têm se mostrado continente para a exposição de situações dos conflitos. Propiciando reflexões sobre as relações conjugais, familiares e sociais, terminamos por encontrar homens que, por trás do discurso inicial de que reagem agressivamente à violência, passam a acessar livremente as emoções presentes no momento em que as agressões ocorreram.

Ao final dos encontros foi possível resgatar o que eles sentiam em relação ao que viveram no grupo, e os homens trouxeram aspectos como “cura” pelo autoconhecimento e aprendizagem.

*“Eu aprendi a não ser grosso, respeitar as pessoas, sabe, ser mais humilde... Foi muito importante pra mim, muito importante. Eu vi no que eu tava errando, foi bom... O grupo me ensinou a dar valor nas pessoas” (Leonardo, 30 anos, separado)*

*“O grupo ajuda, com certeza... primeiramente no comportamento da pessoa, e da situação também. Não é porque a pessoa reagiu que você vai ter que ir adiante daquela situação. No grupo eu aprendi bastante que, por mais que eu me sinta inferior eu não tenho que revidar... Eu aprendi bastante, meu comportamento mudou, cresci bastante mentalmente, então em relação ao grupo, ao que aconteceu, eu aprendi muito, muito mesmo... ajuda, até transforma, o que eu agi, nos relacionamentos que eu tive, nos anteriores, eu não vou botar isso pra agir hoje... primeiramente o respeito e moral mesmo, de ambas as partes.” (Davi, 26 anos, separado)*

Durante o processo sócio terapêutico esses homens foram desvelando suas histórias, emocionalidades e subjetividades e esse desvelar foi gerando um foco de atendimento para esses homens, não com o escopo de ajustamento deles para as companheiras, mas como espaço de escuta de suas vivências, escolhas e sentimentos, para eles mesmos, numa intervenção que poderia ajudá-los a terem a produção da história de suas vidas em suas mãos.

Madanes (1997) orienta que devemos tornar nossos valores explícitos a fim de realçar a humanidade de todas as pessoas. Isso é especialmente relevante quando falamos na intervenção com homens, encaminhados pela justiça como autores do fato em violência doméstica, e rotulados socialmente como violentos e agressores. A partir de uma clareza sincera sobre nossos valores próprios e nossa idéia de moral podemos iniciar o trabalho com esses sujeitos, colocando entre parênteses nossos pré-conceitos e abrindo-nos de maneira empática para estar com eles no momento em que sofrem.

Em um movimento empático para estar com esses sujeitos nos grupos, passamos a ver os aspectos relacionais da violência e compreender o sofrimento de quem agride fisicamente pessoas a quem estão emocionalmente vinculados. Destarte, numa visão relacional, gera-se o entendimento de que os homens autores de agressão, assim como as vítimas, precisam de ajuda, e de que as duas partes precisam de auxílio para promover a transformação da relação violenta.

Quando chegam para a intervenção, encaminhados pela justiça, esses homens não explicitam o desejo de estar no setting terapêutico ou psicoterapêutico, como alguns psicólogos esperam de seus pacientes. Esta é uma situação atípica que exige do terapeuta um alto nível de dedicação e afeto para ver o sujeito humano, repleto de complexidades e potencialidades, para além do rótulo social de agressor. Este necessita de atenção para a demanda comum, inerente ao dilema humano, que é a demanda do bem estar, da felicidade.

Ai está o diferencial do nosso trabalho: identificar e explicitar, junto com eles, a demanda que eles possuíam de estarem bem e de resolverem seus dilemas de amor e violência em busca da felicidade. O espaço lhes foi apresentado como uma oportunidade de escuta, de ajuda, de compreensão e não de ajustamento, embora não se neguem as medidas legais às quais estão submetidos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho percebemos que o fenômeno da violência conjugal é mais amplo do que os elementos que o perpassam, portanto, não pode ser reduzido apenas à violência de gênero, ou à leitura binarista de homem-agressor e da mulher-vítima.

Nesse sentido, a intervenção sócio terapêutica com esses grupos é imprescindível para as reflexões acerca das relações interpessoais e dos papéis sociais, para a compreensão da lei e para a promoção da co-responsabilização pelas relações que esses atores estabelecem.

Vivenciamos, ao longo desse processo e enquanto terapeutas, momentos surpreendentes de dedicação, inspiração e afeição ao nos expandirmos tanto quanto necessário para estar com esses homens como seres humanos. Localizamos aqui a importância de que o profissional psicólogo retome, a todo o momento, a análise de sua implicação no grupo e do grupo em si mesmo, sob pena de, se não o fizer, terminar por comprometer seriamente a ambos.

Por fim destacamos que as análises apontam para um recorte sobre a conjugalidade, observada pelo olhar dos homens inseridos no grupo, em um espaço de fala frequentemente negado a eles, no que tange a compreensão da violência.

Compreendemos que, de todo modo e por qualquer perspectiva, teremos uma leitura parcial do fenômeno da violência, mas temos clareza de que os trabalhos com seus autores são imprescindíveis para o estudo e compreensão do tema. Apontamos, ainda, para a importância de estudos, pesquisas e intervenções dirigidas ao padrão de comunicação estabelecido por esses homens nas relações conjugais e parentais, incluindo as ações de cuidado e as expressões de afeto, para melhor entendimento da violência intrafamiliar.

## REFERÊNCIAS

- ALVIM, S. F.; SOUZA, L. de. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia Teoria e prática**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 171-206, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ptp/v7n2/v7n2a07.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2008.
- ARILHA, M.; UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS. Editora 34, 1998. 301 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995. 208 p.
- BRASIL. **Lei nº. 11.340**, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 27 out. 2008.
- CASIMIRO, C. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIII, n. 188, p. 579-601, jul. 2008.
- DEEKE, L. P. **A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro**. Florianópolis. 2007. 78 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PSPB0137-D.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2008.
- DINIZ NETO, O.; FERES-CARNEIRO, T. Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 133-141, jun. 2005.
- HIRIGOYEN, M-F. Os Homens Violentos. In: \_\_\_\_ **A violência no casal**: da coação psicológica à agressão física. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006c. p. 121-136.
- LIMA, D. C.; BUCHELE, F.; CLIMACO, D. A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n2/08.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2008.
- MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências. Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R. (Org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo 2004. p. 35-78.
- MADANES, C. Entre amor e violência. In: \_\_\_\_\_. **Sexo, amor e violência**: estratégias para a transformação. São Paulo: Editorial Psy, 1997. p. 21-34.
- MADUREIRA, A. F. A. **Metodologia Qualitativa. Disciplina de metodologia científica**. Brasília, 2000. (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2000. p. 1-9.

MINAYO, M. C. de S. **A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. Suplemento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2008.

NASCIMENTO, M. **Desaprendendo o silêncio**: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2001.

PENSO, M. A. As complexas relações entre álcool, drogas e violência intrafamiliar em contextos de exclusão social. In: LIMA, F. R.; SANTOS, C. (Orgs). **Violência doméstica**: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 243-254

RAMOS, M. E. C. O agir interventivo e a pesquisa-ação. In: MARRA, M. M.; FLEURY, H. J. (Orgs.). **Grupos**: intervenção sócioeducativa e método sóciopsicodramático. São Paulo: Ágora, 2008

RAMOS, M. E. C.; SANTOS, C.; DOURADO, T. Violência intrafamiliar: desvelando a face (oculta) das vítimas. In: LIMA, F. R.; SANTOS, C. (Orgs). **Violência doméstica**: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 147-158

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995

WELZER-LANG, D. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 35-78.